

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO NO MUNICÍPIO DE ALFENAS – MG

Henrique Faria dos Santos

Geógrafo – UNIFAL

livehenriquefariasantos@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise sobre alguns aspectos da modernização da agricultura e da conformação das novas relações campo-cidade, a partir da consolidação do agronegócio cafeeiro no município de Alfenas/MG, bem como algumas das consequências socioespaciais desta realidade produtiva. As leituras sobre assuntos relacionados e a coleta de dados em várias fontes de pesquisa permitiram concluir que a maior presença da técnica, da ciência e da informação nos afazeres cotidianos do campo são responsáveis por uma maior interdependência entre os espaços do campo e da cidade. O aumento do consumo da aquisição de recursos financeiros e do consumo de alguns tipos de insumos e implementos agrícolas por parte dos cafeicultores, bem como o aumento da concentração fundiária e do êxodo rural nos últimos anos, são elementos que nos dão a idéia da complexidade das novas relações campo-cidade. A intensificação das trocas e fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informação, por sua vez, nos permite afirmar que as áreas rurais do município e região são cada vez mais dependentes dos fatores urbanos, a esse necessitar cada vez mais de diversos serviços e infraestruturas.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Relações campo-cidade. Globalização. Agronegócio cafeeiro. Município de Alfenas/MG.

AGRICULTURE MODERNIZATION AND THE URBAN-RURAL RELATIONSHIP: AN ANALYSIS OF THE COFFEE AGROBUSINESS IN ALFENAS – MG

ABSTRACT

This paper aims to present an analysis of some aspects of the agriculture modernization and conformation of the new urban-rural relationships, from the consolidation of the coffee agribusiness in Alfenas-MG as well as some of the socio-spatial consequences of this productive reality. The readings about related subjects and data collection in various research sources indicated that the increased presence of technique, science and information in the daily chores of the field are responsible for a greater interdependence between the rural and urban spaces. The increase of the consumption of the acquisition of financial resources and the consumption of certain types of agricultural inputs and implements by the coffee farmers, as well as the increase of the land concentration and rural exodus in recent years, are elements that give us an idea of the complexity of the new urban-rural relationship. The intensification of trades and flows of goods, people, capital and information, on the other hand, allows us to state that the rural areas of the city and region are increasingly dependent on urban factors, and this requires increasingly diverse services and infrastructures.

Keywords: Agriculture modernization. Rural-urban relationships. Globalization. Coffee agribusiness. Alfenas/MG.

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura brasileira tem promovido nos últimos 40 anos uma profunda reestruturação dos espaços produtivos do campo, a partir da incorporação de novas tecnologias nas etapas do trabalho agrícola. A difusão de fatores técnicos, científicos e normativos pelo território brasileiro, característicos do atual período histórico denominado de meio técnico-científico-informacional, possibilitou o aperfeiçoamento das atividades econômicas e a especialização produtiva dos lugares, principalmente em áreas com grande aptidão agrícola.

O aumento do consumo de produtos agrícolas, tanto no Brasil quanto no mundo, fez com que uma nova lógica de mercado fosse implantada na agricultura, de cunho capitalista e com operacionalidade empresarial, em vistas a desenvolver no campo uma nova maneira de ampliar cada vez mais a acumulação de capital. A emergência do agronegócio ocorre em meio ao processo de adaptação do campo-rural a este novo paradigma e ao contexto da industrialização, que se dá em cada ramo de produção agrícola.

A cafeicultura em especial tem se destacado nos últimos anos como um desses ramos produtivos. Embora o cultivo do café ocorra há muito tempo de forma tradicional no Brasil, atualmente a maior parte de sua produção esta associada ao uso de técnicas modernas de cultivo e colheita e voltada para exportação, regulamentada no mercado internacional como importante *commodity* agrícola. A produtividade da cafeicultura é garantida graças ao consumo crescente de inovações tecnológicas ao longo da cadeia produtiva cujos insumos são comercializados, principalmente, por empresas transnacionais, e suas aquisições facilitado por incentivos creditícios, aproximando o setor industrial e financeiro ao setor agrícola e, ao mesmo, o campo da cidade.

O impacto dessas mudanças se faz sentir em diversos lugares propícios a produção de café, onde tanto o campo se moderniza através do conjunto de técnicas de origem industrial, em prol do aumento da competitividade internacional; quanto a cidade, que se adapta as novas necessidades do campo e passa a depender cada vez mais do arranjo produtivo local, oferecendo um conjunto de serviços e infraestruturas funcionais à produção agrícola. Nesta dinâmica, é perceptível um aumento fundamental nas relações campo-cidade, o qual a troca e os fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informação se tornam mais intensas. Além disso, já é consenso e também razão de muitas discussões acadêmicas sobre a diminuição das diferenças entre rural e urbano, na medida em que o campo se industrializa e desenvolve atividades tradicionalmente urbanas.

Neste sentido, a realidade desta agricultura moderna pode ser encontrada em muitos municípios da região do Sul de Minas, pois esta é a principal região produtora de café do Brasil e se destaca por destinar grande parte de sua produção ao mercado internacional, graças a intensa tecnicização das lavouras nos últimos anos. Constituindo-se como *região competitiva* (CASTILHO; FREDERICO, 2010), muitos municípios do Sul de Minas propícios à implantação e consolidação da atividade moderna acabam sendo palco das profundas transformações ocorridas na agricultura, sendo possível então analisar de forma empírica a conformação das novas relações campo-cidade que se delineiam com o desenvolvimento da cafeicultura moderna. Pois como apresenta Elias; Pequeno (2007, p. 29), "uma das características do processo de modernização das atividades agropecuárias no Brasil é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações campo-cidade, dada a crescente integração da agropecuária ao circuito da economia urbana." Entre esses municípios estudados na região, podemos destacar Alfenas/MG, um dos principais municípios produtores de café no Sul de Minas e grande polarizadora de serviços e infraestruturas que servem de suporte à produção, logística e comercialização do café na sua área de influência microrregional.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise sobre as novas relações campo-cidade, proporcionada pela consolidação do agronegócio globalizado do café no município de Alfenas/MG a partir da modernização das atividades agrícolas, bem como algumas das consequências socioespaciais desta realidade produtiva. Para isto, o trabalho se foca em três aspectos básicos: a) breve discussão sobre a modernização das atividades agrícolas no campo brasileiro e as mudanças nas relações campo-cidade na era da globalização; b) análise da consolidação da cafeicultura moderna no município de Alfenas/MG

e os reflexos nas relações campo-cidade; c) algumas consequências socioespaciais inerentes as novas relações campo-cidade a partir da modernização da agricultura no município. A metodologia empregada para a realização das pesquisas contou com a revisão bibliográfica de assuntos relacionados a teorias da geografia agrária e regional, ao processo de modernização da agricultura brasileira, ao agronegócio do café, as relações campo-cidade e as desigualdades socioespaciais provocadas pela modernização do campo; além de pesquisas para obtenção de dados relacionados à produção, comércio do café, estabelecimentos rurais, uso de insumos e implementos agrícolas, crédito rural, dados de estrutura fundiária e demográficos, e empresas e instituições associados ao agronegócio do café no município de Alfenas/MG.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO E NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO ATUAL PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO

A modernização do campo brasileiro passou a se consolidar a partir de 1960 basicamente com a conjunção de três fatores importantes: 1) a vinda de empresas multinacionais produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas; 2) os incentivos governamentais através dos programas de financiamento para aquisição de insumos e implementos agrícolas pelos produtores; 3) início das pesquisas agropecuárias para fins de melhoramento do setor em instituições públicas e privadas (como a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – e da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG -, ambas em 1973).

Mas foi sobretudo na década de 1970 que o país deu um salto na modernização do campo, quando muitos médios e grandes agricultores passaram a implementar nos processos produtivos o pacote tecnológico importado de países desenvolvidos (principalmente de alguns países da Europa e dos Estados Unidos) para a agricultura, denominada de Revolução Verde, que inclui fertilizantes, agrotóxicos, mudas e sementes melhoradas, maquinários e implementos, calendário agrícola, etc. (MARTINE; GARCIA, 1987). De acordo com Hespanhol (2007a), duas forças foram decisivas neste processo: o Estado e as multinacionais.

Muitas indústrias vinculadas à agropecuária se implantaram no país ao longo dos anos 60 e 70, em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, notadamente pela oferta de crédito rural em grande volume e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos (HESPANHOL, 2007a, p. 190).

Outros fatores de contexto contribuíram para a modernização do campo, como o fenômeno da urbanização no Brasil a partir da industrialização em curso (cuja população urbana passou de 18 milhões em 1950 para 52 milhões em 1970, de acordo com a tabela 01), o que fez criar a necessidade de expandir a produção interna de alimentos com o aumento da demanda.

Tabela 01. População absoluta total e urbana e índice de urbanização no Brasil, 1950-2010

Ano	População total	População urbana	Índice de urbanização
1950	51.944.000	18.783.000	36,1
1960	70.191.000	31.956.000	45,5
1970	93.139.000	52.905.000	56,8
1980	119.099.000	82.013.000	68,8
1991	150.400.000	115.700.000	77,1
2010*	190.732.694	160.879.708	84,3

Fonte: SANTOS (2005).

* População de 2010 de acordo com o censo demográfico do IBGE 2010

Havia também a preocupação do governo da época em aumentar as exportações brasileiras com o objetivo de controlar a balança comercial do país em prol do pagamento da dívida externa, que aumentou absurdamente a partir dos anos de 1970. Sobre esse contexto econômico, Oliveira (2011) faz uma ressalva importante no que tange a relação modernização agrícola e dívida externa:

A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. Esse processo se dá

no âmbito do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo da dívida externa. Através dele os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção, sobretudo a industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais (OLIVEIRA, 2011, p. 468).

A política de modernização agrícola foi incentivada também através de um argumento, defendido principalmente pelas grandes empresas ligadas ao ramo agroindustrial e que visavam maximizar suas vendas: o arcaico setor rural seria um entrave para o desenvolvimento econômico, pois não conseguiríamos responder à demanda do setor urbano-industrial que estava se constituindo no país (TEIXEIRA, 2005). Tal discurso capitalista favoreceu de certa forma a pressionar grande parte dos atores pertencentes ao sistema agrário para desenvolver o projeto de modernização das atividades. Teixeira (2005, p. 28) afirma que “a década de 1970 vai sendo marcada pela chamada ‘industrialização da agricultura’, sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, uma maior subordinação da natureza ao capital”.

A chamada “modernização” propiciou então a uma maior aproximação ou, como muitos autores mencionam, integração e/ou subordinação da agricultura à indústria e também à outras atividades, como a comercial e a financeira, resultando na consolidação dos chamados “Complexos Agroindustriais” (CAIs). De acordo com Muller (1989) e Mazzali (2000), o conceito de CAI pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. Segundo Silveira (2007), para se explicar o processo produtivo de um CAI devemos analisar três segmentos que o compõem: indústria a montante, produção agrícola e indústria a jusante. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura e a indústria a jusante é a processadora de matéria-prima agrícola, denominada de agroindústria.

Embora as características estruturais dos Complexos Agroindustriais permaneçam, o termo que designa o conjunto de atividades integradas que norteiam a produção industrial agrícola acabou mudando para o que se tem denominado de “agronegócio”, em razão da lógica capitalista neoliberal. O setor agropecuário passou a ser cada vez mais controlado pela iniciativa privada, sobretudo às corporações transnacionais, e a produção em larga escala destinada ao mercado internacional, cujo comércio depende da regulamentação das instituições financeiras e do mercado especulativo de capitais.

Estudando o conceito de agronegócio, abordagem que nos parece mais apropriada para explicar a dinâmica agropecuária dos últimos 20 anos, e, portanto, da cafeicultura, percebe-se que deriva de uma atividade de grande complexidade e que envolve diversos agentes, que atuam em vários setores econômicos. Segundo Pizzolatti (2004, p.1), “*agribusiness* é um sistema integrado; uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, etc., desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros”.

O agronegócio se fortalece principalmente a partir de 1990, quando houve a desregulamentação estatal do setor agropecuário brasileiro e a liberalização do mercado de capitais, favorecendo a entrada e controle do setor por grandes empresas do Complexo Agroindustrial, especialmente às estrangeiras. O aumento do domínio do mercado agropecuário nas mãos da iniciativa privada provocou grande reestruturação nos setores de produção e comercialização agrícola, cujas regras passam a ser ditadas pelas grandes empresas nacionais e internacionais. Frederico (2009) enuncia muito bem este fato ao estudar as transformações ocorridas no Cerrado brasileiro com a expansão da produção de soja.

A rearticulação do financiamento da produção agrícola ficou, a partir da década de 1990, a mercê do “mercado”. Grandes agroindustriais e *tradings* mundiais passaram a ocupar gradativamente o espaço deixado pelo Estado e começaram a financiar as produções agrícolas mais lucrativas e com grandes nichos de mercado, como no caso da soja. As medidas neoliberais foram

completadas com o desmonte do aparelho estatal de regulação da agricultura (FREDERICO, 2009, p. 35).

Uma das consequências da desregulamentação do mercado agrícola brasileiro foi justamente a crescente monopolização do mercado de insumos, implementos e maquinários agrícolas, bem como nas atividades de processamento, distribuição e comercialização dos produtos. Nos estudos sobre a atuação das empresas no ramo da cafeicultura no Brasil e especificamente, na região do Sul de Minas, Rollo (2009) nos mostra que este fato vem ocorrendo com grande força dentro do agronegócio cafeeiro. A partir da análise de vários dados, concluiu que 82% do total das vendas de fertilizantes formulados no Brasil são realizados por apenas 4 empresas: Grupo Bunge, Yara, Mosaic e Heringer, “fato que concede a esses grupos a capacidade de influir tanto nos preços da matéria-prima para fabricação de fertilizantes como os preços finais desse mercado”. Já o mercado de defensivos agrícolas, 52,5% das vendas são controlados por apenas 4 empresas: Syngenta, Bayer, Basf e Monsanto. No caso dos maquinários e implementos agrícolas destinadas a cafeicultura, os dados do autor nos mostram que as maiores corporações que controlam a produção, as vendas internas e exportações de tratores e colheitadeiras fabricados no Brasil são a AGCO (da qual fazem parte as marcas Massey Ferguson, Valtra, AGCO Allis, Challenger), CNH Global N. V. (que congregam as marcas CNH Case e CNH New Holland) e a John Deere. Já no seguimento de máquinas voltadas ao processo de pós-colheita do café (máquinas de recebimento, lavagem, despulpamento, secagem, armazenagem e benefício de café), lideram as nacionais Pinhalense S.A. Máquinas Agrícolas (equipam oito em cada dez exportadores de café do país) e D’Andréa Agrimport.

Investindo pesadamente em tecnologia e em ciência, em conjunto com os renomados institutos brasileiros de pesquisa agrícola, essas empresas passam a ter um controle poderoso sobre o território brasileiro e a modificar intensamente a base técnica de produção, ao mesmo tempo em que ditam regras ao mercado agroindustrial. Os resultados dessa supremacia sobre as atividades agrícolas, juntamente com a parceria do Estado através da liberação de recursos financeiros para custear os créditos rurais e o desenvolvimento de pesquisas científicas, foram: o aumento em massa do consumo de diversos insumos e implementos agrícolas, promovida principalmente pela propaganda das grandes empresas; a “domesticação” dos agricultores quanto a adoção de técnicas inovativas de produção, auxiliado pelas recentes pesquisas agrônômicas, biotecnológicas e nanotecnológicas; e a financeirização da modernização das atividades, que agora não só é fomentado pelas instituições públicas, mas também pelas instituições privadas (bancos, cooperativas, produtores e revendedores de insumos e maquinários agrícolas, etc.). A resposta a estas mudanças é a extrema dependência dos produtores a esses novos agentes do agronegócio, presentes principalmente nas cidades.

Assim, com o decorrer dos anos, outros setores de atividades, além da indústria e da logística, foram sendo cada vez mais integradas ao “trabalho rural”, como o comercial (negociação dos produtos, venda, marketing e propaganda), o financeiro (capital bancário para financiar despesas com produção, expansão e modernização das atividades agrícolas, cotação das commodities em bolsa de valores) e o científico-informacional (novas pesquisas de aperfeiçoamento de técnicas e equipamentos de produção, beneficiamento e comércio).

Concordamos com a ideia de que a nova realidade do campo passa a ser orientada de acordo com as características do atual período histórico denominado de meio técnico-científico-informacional, conceito adotado pelo geógrafo Milton Santos para compreender e explicar as transformações do espaço geográfico a partir das recentes evoluções da técnica de trabalho humano e dos aspectos da globalização. Para Santos; Silveira (2008, p. 133), tanto o campo quanto a cidade está cada vez mais dotado de tecnologia, ciência e informação nos afazeres cotidianos, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. O trabalho, assim, se torna cada vez mais científico, pois se utiliza de novas técnicas criadas por meio de pesquisas científicas, e junto com o território, se torna também informatizado (o que, como, quanto e quando produzir), por meio do comando político, econômico e financeiro internacional.

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a

velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 118).

A partir desta nova realidade em pontos seletos do campo brasileiro, podemos afirmar então que nunca o meio rural esteve tão dependente ao meio urbano como hoje, ou seja, a modernização das atividades agropecuárias cria novas relações campo-cidade que antes quase não existiam, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Produtos e serviços como a cibernética (internet), a biotecnologia (sementes e mudas melhoradas), química industrial (novos tipos de fertilizantes e defensivos agrícolas, de acordo com as características ambientais), informática (automação de processos de beneficiamento e logística), eletrônica e microeletrônica (GPS, sensores, câmeras, etc.), financeiros (operações bancárias e de bolsa de valores), comércio digital, etc.; são exemplos de aspectos materiais e imateriais que antes não eram comum no campo a pelo menos 60 anos atrás e que agora são cada vez mais fundamentais para tornar produtivo, competitivo e fluído as atividades agrícolas. São aspectos que tipicamente são criados e desenvolvidos nas cidades e que acabam sendo consumidos no campo, o que denota a intensificação de novos fluxos de bens e serviços e, portanto, novas relações campo-cidade com a presença do meio técnico-científico-informacional.

Para compreendermos a complexidade desta atual realidade, basta observar nos estudos acadêmicos que existe uma discussão sem fim sobre como reconhecer áreas do campo e áreas da cidade. Para Oliveira (2011), o processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Mondardo (2006) defende que:

O campo não está isolado da cidade, haja vista a circulação de pessoas, mercadorias, informações e idéias que as estradas, o comércio, a indústria, as redes de telecomunicação, dentre outras formas de conexão, permitem, assim, relações dialéticas entre campo e cidade. São relações que se complementam, que se interpenetram, que se ligam demonstrando as imbricações entre as relações do vivido, dos homens e mulheres e seu(s) espaço(s), portanto, dos próprios espaços produzidos: campo e cidade (MONDARDO, 2006, p. 67).

Cabe deixar claro que o propósito deste trabalho não é suscitar discussões a respeito sobre o que pode ser considerado urbano e o que pode ser considerado rural no meio geográfico contemporâneo; se o rural está passando por um processo de urbanização ou vice versa; ou sobre a forma como se dá a predominância de ambos os modos de vida (ruralidades e urbanidades) nesses espaços. Mas entendemos que o campo se torna cada vez mais subordinado à cidade no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades econômicas da agricultura moderna (do agronegócio), conforme defendido por autores como Milton Santos (2012; 2008), Denise Elias (2007a; 2007b), Graziano da Silva (1997) e João Rua (2006). Portanto, para a nossa análise teórica, não consideramos os casos da dinâmica das outras áreas produtivas do campo brasileiro, que é muito heterogêneo, mas sim especificamente as áreas do país com a predominância de uma agricultura moderna e a produção tida como ramo do agronegócio, como o que ocorre em vários pontos na região cafeeira do Sul de Minas.

Para Graziano da Silva (1997) o campo tem passado por profundas transformações em função do processo de industrialização da agricultura e da urbanização dos modos de vida, conseqüentemente aproximando este espaço da realidade da cidade e do modo de vida urbano. Porém, esse processo não acontece de forma igual e homogêneo pelo território nacional, mas acaba sendo cada vez mais marcante em áreas produtivas cuja lógica do mercado capitalista do agronegócio se torna mais evidente. Logo, pensando sobre a realidade da atual agricultura moderna brasileira em meio às novas relações campo-cidade, acaba por ser válida a tese do autor para a nossa análise:

Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de

um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 43).

Para Rua (2006) o campo se transformou em um espaço híbrido onde coexistem elementos rurais e urbanos, ao passo que novas territorialidades de agentes sociais, econômicos e culturais criam e recriam constantemente suas atividades, emergindo o que ele denomina de “urbanidades no rural”. Muitas dessas atividades são de origem urbana e cada vez mais tem estado presente no campo, como a indústria, o comércio, o lazer, o turismo, a pluriatividade, etc., o que tem levado à expansão física e ideológica dos padrões urbanos. Mas segundo o autor, mesmo que a força dos novos objetos, ações e atores urbanos influenciem e transformem economicamente e ideologicamente os habitantes do campo, este mesmo espaço tende a mostrar suas resistências e a guardar suas particularidades, como a intensa relação das pessoas com a terra-trabalho e as culturas rurais tradicionais herdadas de gerações passadas.

Rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. Como evidência disso, atualmente, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, “ruraliza-se”, Hoje em dia, os serviços se estendem ao campo reforçando aquilo que chamaremos de “urbanidades no rural” aceleradas pela industrialização do (e no) campo e da própria agricultura. O modo de produção capitalista recria o campo. Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola (RUA, 2006, p. 86).

Santos (2008) explica a intensificação das relações entre o campo e a cidade a partir desta dependência do campo às atividades da cidade, à medida que o meio rural vai absorvendo inovações tecnológicas de produção, ofertadas e distribuídas pelos centros urbanos por meio da rede de serviços e infraestruturas (meios de transporte e comunicação).

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços (...), o consumo produtivo tende a expandir-se e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 2008, p. 139).

O processo de coesão entre campo-cidade é facilitado, sobretudo, pela rede de transportes e comunicação, cada vez mais eficientes em conjunto com os agentes hegemônicos locais, ou seja, às grandes empresas, pois é a partir dessas redes que se torna possível o maior transporte e consumo dos produtos de consumo agrícola e, ao mesmo tempo, o escoamento, distribuição e comercialização das matérias-primas. Para o desenvolvimento das atividades e desses fluxos fundamentais no território, e aí podemos mencionar a escala territorial municipal e regional, as redes se tornam imprescindíveis, pois como bem argumenta Raffestin (1993):

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Para Santos (2012, p. 275), “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção.” Daí a importância das redes na conformação das novas relações campo-cidade, que propicia a mobilidade dos fluxos de mercadorias (produtos de consumo agrícola, matérias-primas), pessoas (técnicos agrícolas, trabalhadores sazonais, etc.), capital

para custear as inovações, e informações (técnico-científicos e econômico-políticos). Além disso, a constituição das redes promove a interligação dos diversos agentes envolvidos no circuito espacial produtivo do café (FREDERICO; CASTILHO, 2004), como produtores, fornecedores de insumos e implementos agrícolas, torrefadoras, armazéns, cooperativas, exportadoras, etc. E isso necessita, antes de mais nada, de infraestruturas e serviços cada vez mais urbanos, pois se trata da eficiência competitiva de uma atividade para a produção, transporte e comercialização de um produto agrícola voltado para a exportação. Somente a cidade pode oferecer uma rede consolidada de rodovias, ferrovias, armazéns, cooperativas, transportadoras, exportadoras, agências de comercialização e logística, agências de marketing e propaganda, etc.

No mais, tanto o campo passa a ter novas necessidades para continuar desenvolvendo suas atividades modernas, ficando dependente das atividades urbanas, como rede de serviços e infraestruturas especializados; quanto a cidade passa a se beneficiar e depender economicamente por esta nova realidade do campo, a partir da dinamização de suas atividades, especialmente a agroindustrial e a de serviços. O comércio local tende a ser cada vez mais forte, pois não só o campo gera necessidades diversas, mas a própria cidade também, com a instalação das empresas do ramo agrícola e responsáveis pelo desenvolvimento do agronegócio. O setor terciário se torna cada vez mais dinâmico e tende a complementar as atividades agroindustriais. A população urbana também tende a aumentar, devido à oferta de empregos e infraestrutura, criando novas necessidades e dinamizando outros serviços e atividades. Neste movimento, observa-se um círculo vicioso de desenvolvimento em volta do campo que se limita pelo seu potencial de exploração, tendo como intermediação central a produção e comércio agrícola que acontece na relação local-global. A dinâmica do campo e da cidade sobre a égide da agricultura científica globalizada (ELIAS, 2007a; 2007b) marca a interdependência cada vez maior entre esses espaços.

NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Para Elias (2007b, p. 50), “o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental no crescimento das cidades locais e médias em termos demográficos e econômicos, pois as cidades vão exercer novas funções e a compor importantes nós nas redes agroindustriais.” Daí tem-se a ideia complementar de Santos (2008) onde não só o campo é dependente da cidade, mas também a cidade é dependente do campo. Para Elias:

As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais exigências, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua localização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isso evidencia que é na cidade que se realizam a gestão e a normalização das transformações (...) do espaço agrícola (ELIAS, 2007b, p. 54).

Mas é preciso lembrar que somente as cidades privilegiadas em sua localização no conjunto das redes urbanas, ou seja, com maior capacidade de escoar sua produção e gerar fluxos materiais e imateriais diversos devido a sua conexão com centros urbanos maiores e aos principais portos do país, é que possuem um teor estratégico aos agentes hegemônicos para reestruturar esses espaços e, portanto, contribuir para essas mudanças socioeconômicas. Isto se torna considerável pois há municípios que somente produzem e cuja produção é escoada para outros centros urbanos para a comercialização. Esses municípios exclusivos da produção acabam não dinamizando sua economia local e meramente servem de residência para famílias de baixa renda dependentes das atividades de colheita (como o café), nas quais muitas acabam sendo “exploradas” pelos grandes agricultores locais, através de baixos salários e trocas de favores (empréstimos, saldo de dívidas, etc.).

Embora as novas relações campo-cidade contribuam de forma significativa para promover a modernização produtiva e econômica do campo e da cidade, o que se tem notado na maioria dos casos dentro do território brasileiro é também a geração concomitante de várias

desigualdades socioespaciais. A face perversa do agronegócio é fruto das formas em como essa modernização histórica ocorreu nos campos (de forma conservadora) e das consequências negativas que a tecnificação da agricultura acarretou para as populações rurais mais pobres. Nem todas pessoas e lugares foram contempladas pelas novas “modernidades” absorvidas pelo espaço rural brasileiro. Milhares de pequenos produtores, camponeses e demais trabalhadores do campo tiveram pouco acesso ao capital fundamental para que pudessem modernizar suas atividades e se integrarem igualmente ao modo de produção científico globalizado da agricultura. Como bem argumenta Hespanhol (2007b), somente uma parte seleta de pessoas e lugares é que se privilegiaram com a chamada “Revolução Verde” e demais estímulos governamentais para reestruturação produtiva da agropecuária brasileira.

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo (HESPANHOL, 2007b, p. 274).

A falta de acesso a recursos financeiros por parte desses pequenos produtores provocou uma desleal concorrência com os grandes agricultores modernizados, o que contribuiu para uma expulsão em massa de população rural para os centros urbanos, a procura de novas oportunidades e melhoria da qualidade de vida. O reflexo dessa mudança repercutiu também na distribuição fundiária, cuja super especulação dos imóveis rurais em áreas de grande produção agrícola e a defasagem tecnológica de pequenos agricultores, especialmente em culturas agrícolas como a da soja, cana-de-açúcar, café, etc., impulsionou a concentração de terras nas mãos de um grupo cada vez menor de latifundiários e grandes empresas agroindustriais. No caso da cafeicultura, é nítido o crescimento da participação de grandes agricultores na produção, frequentemente com lavouras mecanizadas, em detrimento de pequenos produtores, ou seja, os que têm propriedades com menos de 100 hectares.

Além disso, a alta mecanização das atividades agrícolas também foi outro fator que contribuiu de forma significativa para inchar o fluxo do êxodo rural brasileiro. A substituição de mão de obra humana pela força das máquinas nas etapas de plantio, colheita e beneficiamento dos produtos agrícolas resultou no aumento crescente de desemprego no campo e forçou a decisão de vários trabalhadores a migrarem para as cidades, em busca de fontes de trabalho e renda. Sobre isto, podemos concordar com o argumento de Hespanhol (2007a):

O grande volume de recursos públicos alocados no fomento à modernização da agropecuária, ao mesmo tempo em que propiciou alterações de sua base técnica, provocou a ampliação do nível de concentração fundiária, a liberação de mão de obra do campo e a intensificação do êxodo rural, a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais no campo e na cidade (HESPANHOL, 2007a, p. 190).

Analisando esse processo, podemos dizer que um dos elementos das novas relações campo-cidade é o intenso fluxo da população nesses espaços, facilitado principalmente pelas redes de transporte e comunicação, cuja remessa é constituída tanto pelos migrantes que se deslocam para a área urbana quanto também, pela população de origem urbana que recorrem ao campo para fins de lazer e moradia, aproveitando o contato com a natureza no campo.

O contexto da modernização do campo e das novas relações campo-cidade, bem como os devidos impactos causados a partir das desigualdades socioespaciais, podem ser estudadas na região do Sul de Minas, importante região produtora de café do país e cuja atividade (a produção e comercialização de uma *commodity* agrícola) é mergulhada dentro do âmbito das transformações provocadas pela globalização econômica atual. Tanto o campo quanto a cidade passam a absorver os modos de produção e as relações de trabalho inerentes ao meio técnico-científico-informacional, que tem o poder de impor especializações produtivas aos lugares e aperfeiçoar as técnicas de produção, logística e comercialização do café. Para Castilho e Frederico (2010, p. 18) a região do Sul de Minas é tida como uma *região*

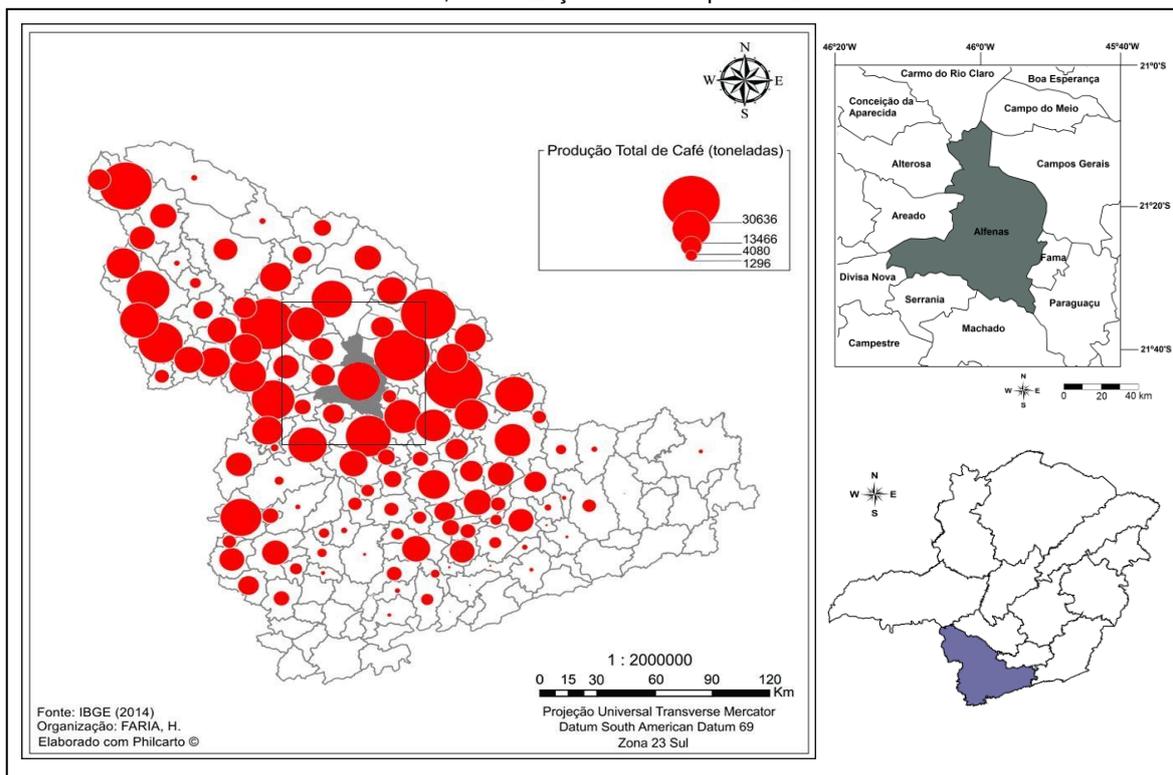
competitiva, cujo conceito deriva diretamente da ideia de coesão regional decorrente a vetores externos e fundamentados em arranjos organizacionais. “Trata-se de um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos.”

Como região especializada na produção de café e obediente às regras do mercado internacional, a modernização da cafeicultura se torna evidente e as mudanças na base técnica de produção levam as transformações no campo e, conseqüentemente, promove impactos sociais e econômicos na cidade. Municípios propícios à produção e logística de café se tornam funcionais à *região competitiva* e onde certamente, ocorrem com grande força a dinâmica das novas relações campo-cidade e conseqüências socioespaciais diversas, como o que se pode observar no município de Alfenas – MG.

CONSOLIDAÇÃO DA CAFEICULTURA MODERNA E NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG

Alfenas/MG está entre os principais municípios produtores de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (figura 1), se posicionando como o 10º maior produtor na região e o 20º maior produtor no estado de Minas Gerais, tendo produzido em 2012, 16.350 toneladas de café tipo arábica, o equivalente à aproximadamente 272.500 sacas de 60 kg. Dos 24.603 hectares de terras agrícolas de Alfenas, 10.900 (44%) são plantadas em café, conforme pode ser observado na tabela 2 e na figura 2, com uma produtividade média de 25 sacas/ha, em 2012 (IBGE, 2014).

Figura 1. Mapa da produção de café por municípios da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas em 2012, em toneladas, e localização do município de Alfenas.



Fonte: IBGE, 2014.
Organização: FARIA, Henrique

A maior parte da produção destina-se à exportação através das cooperativas, armazéns e empresas de exportação espalhados pela cidade, sendo o restante submetido às torrefadoras do município e região, para atender a demanda do mercado interno. O valor das exportações de café teve um grande aumento nos últimos 7 anos, devido a instalação de novas empresas de exportação, como a Casa Nobre Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda, que sozinha

exportou 83% do café em 2011. Para se ter uma ideia, em 2005, o valor das exportações de café era de US\$ 17.095.993, depois passou para US\$ 185.415.629 em 2011, tendo o café participado em 98,7% de todas as exportações do município. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2013). O aumento dessas exportações refletiu também no valor do PIB agropecuário municipal, que passou de R\$ 61,3 milhões em 2005 (9,5% do total do PIB) para R\$ 152,7 milhões em 2011 (10,2% do total do PIB) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Tabela 02. Produção, área colhida e rendimento médio da produção de café no município de Alfenas/MG, 2000-2012.

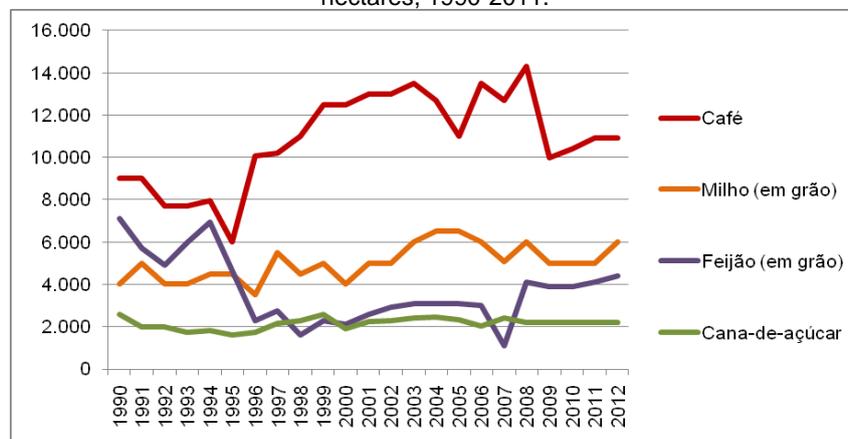
Ano	Produção (toneladas)	Produção (sacas de 60 Kg)	Área colhida (hectare)	Rendimento médio da produção (quilogramas por hectare)
2000	30.000	498.000	12.500	2.400
2001	18.720	310.752	13.000	1.440
2002	19.500	323.700	13.000	1.500
2003	12.150	201.690	13.500	900
2004	22.098	366.827	12.700	1.740
2005	7.590	125.994	11.000	690
2006	22.680	376.488	13.500	1.680
2007	10.820	179.612	12.700	851
2008	21.021	348.948	14.300	1.470
2009	16.380	271.908	10.000	1.638
2010	21.224	352.318	10.404	2.039
2011	15.049	249.813	10.905	1.380
2012	16.350	272.500	10.900	1.500

Fonte: IBGE, 2014.

Alfenas possui também grande importância regional, concentrando serviços que atendem a vários municípios de seu entorno, sendo sede de uma microrregião geográfica que contém, segundo classificação do IBGE, os seguintes 12 municípios: Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania. Como muitos desses municípios são também produtores de café, Alfenas possui grande influência técnica e normativa sobre o agronegócio regional.

Quanto à área das lavouras, observa-se um aumento significativo das áreas de café no município, passando de 9.000 ha em 1990 para 10.900 ha em 2012, sendo que em anos anteriores, o valor era bem maior, chegando a 14.300 ha em 2009, como pode ser visto na tabela 02 e no gráfico da figura 02. Essa área atual corresponde a 44% do total das lavouras agrícolas presente no município, mais do que na década de 1990, que só representava 33% do total das lavouras. A participação percentual da cafeicultura sobre as outras culturas tem aumentado cada vez mais nos últimos anos, ganhando destaque como principal atividade agrícola, seguido pela produção de milho, que em 2012, chegou a uma área de 6.000 ha de área colhida, pelo feijão, com 4.400 ha e pela cana-de-açúcar, com 2.208 ha (IBGE, 2014).

Figura 02. Evolução das áreas de lavouras das principais culturas agrícolas no município de Alfenas, em hectares, 1990-2011.



Fonte: IBGE, 2014.

Tal potencial se explica em parte a partir da modernização das lavouras de café na região, no qual muitos produtores, em busca de aumentar sua produtividade e rentabilidade agrícola e continuarem competitivos no mercado, passaram a utilizar mais intensamente inovações tecnológicas de produção ao longo dos anos, como insumos, implementos e maquinários agrícolas, além de sofisticadas formas de cultivo. Este processo seguiu a tendência nacional, de acordo com o que foi comentado anteriormente, no qual os espaços de produção agrícola passaram por uma intensa reestruturação em sua base técnica produtiva.

Esse processo pode ser observado no município de Alfenas através da análise de alguns dados dos Censos Agropecuários realizados pelos IBGE entre os anos de 1960 até 2006 (tabela 3). Por exemplo, em 1960, não havia nenhum estabelecimento rural com lavoura agrícola que utilizava fertilizantes químicos. Já em 1970, 39,2% desses estabelecimentos já faziam uso deste insumo, sendo que em 1975 já eram 85% e em 1980, 95,2%. O uso de defensivos químicos agrícolas quase acompanha as mesmas taxas. Em 1960, nenhum estabelecimento fazia uso de quaisquer defensivos. Já em 1975, 55,2% dos estabelecimentos já utilizavam este insumo, subindo para 87,2% em 1980 e reduzindo para 68,8% em 2006, em função das preocupações com a contaminação de solos e recursos hídricos.

No que diz respeito ao uso de maquinários agrícolas, os dados revelam que em 1960, 6,8% dos estabelecimentos rurais com lavouras possuíam tratores, subindo para 27,6% em 1980 e 28,7% em 2006. Já o percentual de propriedades com colheitadeiras teve um aumento tímido, em razão de este maquinário ser bem mais caro e poucos agricultores terem privilégios em adquiri-lo, passando de 0,5% em 1970 para 6,1% em 2006, conforme pode ser observado na tabela 3.

É importante lembrar que o número de estabelecimentos rurais que possuíam lavoura permanente (cujo principal cultura agrícola é representada pelo café) aumenta gradualmente em relação ao total das propriedades que possuíam alguma forma de cultivo. Em 1960, 32,7% destes estabelecimentos cultivavam café. Já em 2006, o percentual aumenta para 50% das propriedades (IBGE, 1960/2006). Isso é importante por que o café vai se consolidando ao longo destes anos como principal cultivo agrícola na região e, evidentemente, recebe grande parte da modernização do setor agrícola ocorrida no município.

Mas para que essa modernização dos cafeicultores fosse possível, foi imprescindível o auxílio do Estado para as aquisições e uso desses novos produtos, que incentivou a criação de programas de financiamentos e expansão de recursos para obtenção de créditos rurais a juros baixos, embora destinado principalmente para médios e grandes cafeicultores. O aumento do percentual de estabelecimentos rurais que faziam uso dos devidos insumos e maquinários agrícolas ao longo dos anos está relacionado com o aumento de proprietários com lavouras agrícolas que haviam adquirido recursos financeiros para custear suas despesas. Segundo os mesmos dados dos censos, em 1960, somente 17,9% dos estabelecimentos rurais declararam ter obtido financiamento (destes, 67,9% oriundos de entidades governamentais), mas em 1975, já eram 27,6% dos estabelecimentos atendidos e em 1980 o número sobe para 36,9% (96,7% oferecidos pelo governo) (IBGE, 1960/2006) (tabela 3).

Tabela 03. Número total de estabelecimentos rurais com lavouras agrícolas e percentuais desses estabelecimentos que possuíam lavoura permanente, tratores, colheitadeiras, fertilizantes, defensivos agrícolas e tinham adquirido financiamentos no município de Alfenas, 1960/2006

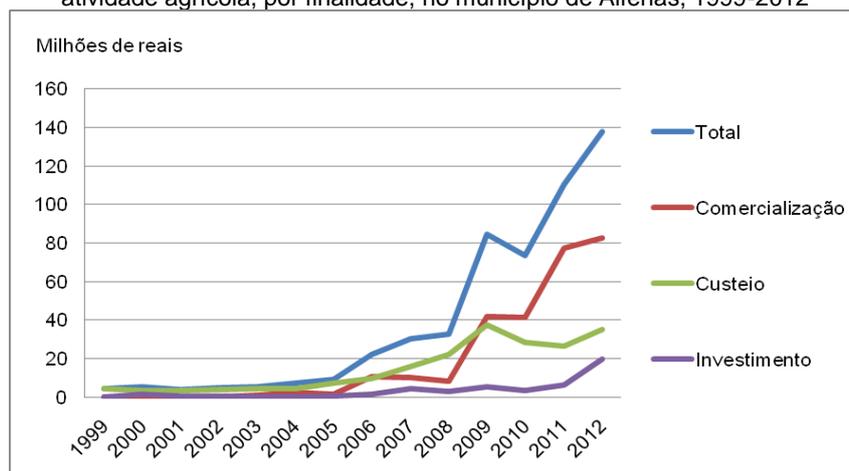
Ano	Total de estabelecimentos com lavouras agrícolas	% do total de estabelecimentos rurais com lavouras do município					Obtiveram financiamentos
		Com lavoura permanente	Usavam tratores	Usavam colheitadeiras	Usavam fertilizantes químicos	Usavam defensivos químicos	
1960	731	32,7	6,8	0	0	0	17,9
1970	902	30,4	7,5	0,5	39,2	-	17,2
1975	791	36,5	15,2	2,4	85,3	55,2	27,6
1980	829	57,5	27,6	3,7	95,2	87,2	36,9
1985	935	59,9	26,4	5,2	92,7	83	-
2006	1.003	49,6	28,7	6,1	68,8	38	30,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 2006.

A partir dos dados, podemos afirmar que a modernização da cafeicultura no município de Alfenas está associada principalmente com a capitalização dos agricultores, que puderam então consumir com maior intensidade produtos tecnológicos que auxiliam no aumento da

produtividade e competitividade comercial, viabilizando finalmente o agronegócio globalizado. Esse quadro tem se estabelecido de uma maneira cada vez presente, pois de acordo com dados analisados a partir dos Anuários Estatísticos do Crédito Rural do Banco Central do Brasil dos anos 1999 até 2012, o valor dos recursos destinados a custeio, investimento e comercialização na agricultura teve um crescimento enorme nos últimos 13 anos. Para o município de Alfenas, em 1999 foram disponibilizados no total de 4,6 milhões de reais em recursos para financiamentos. Já em 2005 o valor sobe para 9,4 milhões e em 2012 o total de recursos ultrapassa os 137 milhões de reais, como pode ser visto na figura 03.

Figura 03. Evolução da quantidade de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas na atividade agrícola, por finalidade, no município de Alfenas, 1999-2012



Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

A expansão do mercado de consumo agrícola no campo, favorecido principalmente pela aquisição de recursos financeiros em forma de crédito agrícola, será importante para incentivar a instalação e/ou ampliação de várias empresas especializadas na produção e revenda de insumos e maquinários agrícolas em Alfenas/MG. Além disso, o aumento da produção de café (em sua maior parte, de qualidade para exportação) favoreceu a implantação de vários silos, transportadoras, agroindústrias (beneficiadoras e torrefadoras de café), centros de comercialização e logística, sem falar no surgimento de diversos outros serviços específicos para atender as novas demandas da cafeicultura moderna, como assistência técnica e financeira, jurídica, de mão de obra, administração, pesquisa agropecuária, etc. O quadro 1 mostra as principais empresas existentes em Alfenas responsáveis por esse conjunto de serviços e infraestruturas funcionais ao agronegócio cafeeiro.

Quadro 1. Relação das principais empresas associadas ao agronegócio do café no município de Alfenas/MG.

Estabelecimentos de produção e venda de insumos agrícolas
Proflora Indústria, Comércio e Representações Ltda.
Geraesvet Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda.
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas.
Bunge Distribuidora de Fertilizantes
Cereale Insumos Agrícolas Ltda.
Fertilizantes Minas Indústria e Comércio de Fertilizantes Foliaves Ltda.
Mosaic Indústria de Fertilizantes Brasil AS.
Café Brasil Insumos Agrícolas Ltda.
Estabelecimentos de revenda e manutenção de maquinários e implementos agrícolas
Pimenta Agrosul (Case IH Agriculture),
Trama Tratores e Máquinas Agrícolas Ltda (New Holland)
Dimatra Ltda. (Valtra tratores e implementos agrícolas)
Só Massey (Massey Ferguson)
Lander Pulverizadores e Equipamentos Agrícolas.

Coagril Comercial e Industrial Agrícola Ltda.
Gota Fértil Irrigação e Projetos, Netasul – Sistemas de Irrigação Ltda.
Estabelecimentos de acessoria técnica e administrativa
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - MG
Estabelecimentos de beneficiamento e processamento agroindustrial
Massare Comércio e Indústria de Torrefação
Café Campinho Comércio e Indústria de Torrefação
Fino Sabor Comércio e Indústria
Estabelecimentos de armazenagem, comercialização e exportação
COOXUPÉ – Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.
CAPAL - Cooperativa Agropecuária de Alfenas Ltda.
Casa Nobre Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda.
Outspan Brasil Importação e Exportação Ltda.
Ipanema Comercial e Exportadora S/A
Ipanema Agrícola Ltda.

Organização: FARIA, Henrique

O aumento do consumo de insumos e implementos agrícolas combinado com a oferta de recursos financeiros e de serviços e infraestruturas diversas certamente são responsáveis pela profunda reestruturação do espaço agrícola local e a geração das novas relações campo-cidade. Este processo se constitui pelo aumento dos fluxos de mercadorias (aumento da produção de café e consumo de insumos e implementos agrícolas), pessoas (profissionais agrícolas, migração populacional, trabalhadores sazonais, etc.), capital (financeirização das despesas) e informação (aprimoramento das técnicas de produção, beneficiamento e comercialização).

A partir dos dados apresentados até agora nos parece possível imaginar o aumento da complexidade das relações campo-cidade em meio a modernização da agricultura, que se estrutura pelas mudanças na base técnica da produção a partir da incorporação de ciência, tecnologia e informação no espaço agrário, obrigando as cidades próximas a suprir suas demandas por insumos materiais e intelectuais (ELIAS, 2007a). A produção do café e sua posterior comercialização no mercado internacional se tornam, enfim, cada vez mais dependentes desses aspectos materiais e imateriais pertencentes à dinâmica urbana, criando uma interdependência cada vez maior entre campo-cidade.

Mas essas novas relações campo-cidade não se caracterizam somente pela “harmonia socioeconômica”, mas revela também contradições espaciais de todo o tipo, nas quais a seletividade com o qual a modernização das atividades acontece explicam as várias consequências sociais negativas. A cafeicultura moderna tem significado nos últimos tempos uma atividade que ao mesmo tempo inclui pessoas, empresas e lugares na globalização, mas também exclui, na medida em que o mercado tem ditado as regras da competitividade. O novo uso e ocupação do espaço agrário têm promovido uma nova dinâmica do mercado de terras e de mercadorias, que se resume em uma forte concentração fundiária, inviabilidade produtiva de pequenos agricultores e intensa geração de êxodo rural.

RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E CONSEQUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS: CONTRADIÇÕES EM MEIO AO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

A modernização do campo a partir da inclusão das inovações tecnológicas de produção levou a várias consequências socioespaciais que se materializaram tanto no campo quanto na cidade de Alfenas/MG. Ao lado do progresso econômico da cafeicultura moderna, existem também problemas sociais que são gerados pela marginalização e exclusão de grupos sociais com a territorialização da modernização agrícola. Isto ocorre por que a modernização (por meio do uso intensivo de insumos, implementos e maquinários agrícolas) torna a agricultura cada vez mais cara, pois à medida que se industrializa, vai substituindo os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não agrícolas (TEIXEIRA, 2005).

Não são todos os cafeicultores que possuem capital e capacidade produtiva suficiente para bancar as despesas com a aquisição das novas técnicas e equipamentos de produção. Os fatores que levam a essa incapacidade são: o encarecimento dos insumos, implementos e

maquinários agrícolas por intermédio de interesses empresariais (mercado oligopolizado) e o insuficiente rendimento da produção para cobrir as despesas elevadas com produtos de consumo agrícola. A situação se agrava devido a mais dois motivos: o lucro mínimo obtido com a venda do café a preços baixos, determinado muitas vezes pelo mercado financeiro (bolsa de valores); e as dificuldades desses cafeicultores em ingressar e permanecer em programas de financiamento (devido à burocracia) e obter capital para bancar as despesas destinadas a investimentos em modernização e custeio da produção (FARIA SANTOS, 2011).

Os produtores incapazes de adquirir produtos de consumo agrícola, por serem supervalorizados, não obtêm um produto de qualidade exigido pelo mercado² e conseqüentemente, vendem a produção a um preço que lhe proporciona pouca ou nenhuma lucratividade. A partir disto, esses não conseguem realizar nem se quer investimentos de melhorias em sua propriedade, entrando em falência e se entregando aos ditames do mercado fundiário.

Para Graziano da Silva (1994) o desenvolvimento da agricultura brasileira ocorreu sobre duas características básicas: de forma desigual e excludente.

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial, seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 138).

Caume (2009, p. 39-40) argumenta que a modernização agrícola beneficia uma pequena parcela de produtores do campo, sobretudo, aqueles que detêm capital e cultivam produtos para exportação, enquanto que “um número expressivo de agricultores familiares, incapazes de se inserir nas cadeias de integração agroindustrial e com baixa participação na produção agropecuária do país, se reproduzem em condições precárias”.

A realidade entre os cafeicultores de Alfenas/MG não é diferente, cuja situação tem se reproduzido ao longo dos anos e até se intensificado nos dias atuais, pois a agricultura se torna cada vez mais industrializada e necessita cada vez mais de capital para a sua modernização competitiva. A falta de planejamento e de estímulos governamentais para melhorar a capacidade produtiva e comercial destes produtores tem contribuído para acentuar de forma drástica as desigualdades sociais no campo. Sobre isso, concordamos com Hespanhol (2007a, p. 197) quando diz que “a baixa margem de lucro por unidade produzida e o elevado custo das novas tecnologias têm levado ao crescimento da escala de produção e inviabilização da exploração de *commodities* em pequenas áreas.”

Assim, uma das conseqüências socioespaciais promovidas pela inviabilidade produtiva e comercial dos pequenos cafeicultores é a dominação das médias e grandes propriedades rurais na produção de café. A partir de dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006, é possível perceber que há grande concentração de terras entre os grandes cafeicultores no município de Alfenas/MG. 81,2% das áreas de produção de lavoura permanente (99% constituído pelo café) são representadas por médias e grandes propriedades, ou seja, por estabelecimentos rurais com acima de 100 hectares, sendo que constituem somente 13,4% do total do número de unidades no município. Já entre as pequenas propriedades (abaixo de 100 hectares), o número se inverte, constituindo 86,6% do número de estabelecimentos com lavouras permanentes e ocupando apenas 18,8% do total da área desse tipo de lavoura, conforme pode ser observado na tabela 04.

A mecanização agrícola, encontrada principalmente nas grandes fazendas de café, é responsável também por problemas sociais no campo, pois tende a substituir cada vez mais a força de trabalho humana (principalmente nas atividades de colheita) e gerar uma massa de trabalhadores rurais desempregados. Ao lado dos pequenos produtores falidos, esses

² A qualidade do café é classificada de acordo com algumas características físico-químicas que agregam valor ao produto. Um exemplo de classificação é aquela utilizada pela Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.) no momento de comprar o café dos produtores, o qual trabalha com cerca de 35 tipos de café por qualidade, que podem ser resumidos em 14 grupos, em ordem decrescente de qualidade da bebida que originam: RA1 (o café mais fino – padrão exportação), RA2, RA3, RA4, RA5, RA6, RA8, RA10, RA11, RA12, RA44, RA CONI (variedade Conilon), RA ESC (escolha) e RA PALHA (Oliveira, 1997 citado por Rollo, 2009).

trabalhadores, sem alternativas de trabalho e renda, migram para a cidade de Alfenas/MG ou para outros municípios da região em busca de novas oportunidades, ocupando na maioria das vezes as áreas periféricas das cidades.

Tabela 04. Estrutura fundiária por número e área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários, total e com lavouras permanentes, por grupos de área total, no município de Alfenas em 2006.

Grupos de área total*	Total dos estabelecimentos				Estabelecimentos com lavouras permanentes			
	Número	%	Área (ha)	%	Número	%	Área (ha)	%
Menos de 20	694	63,3	4.313	7,8	311	62,4	725	4,8
20 a menos de 100	296	27,0	14.121	25,7	120	24,2	2.134	14,0
100 a menos de 500	94	8,5	17.338	31,6	57	11,4	4.518	29,5
500 e mais	13	1,2	19.102	34,9	10	2,0	7.877	51,7
Total	1097	100,0	54.874	100,0	498	100,0	15.254	100,0

* Os grupos de área foram adaptados de acordo com o que é considerado pelo Censo Agropecuário do IBGE 2006 com o valor do módulo fiscal do município de Alfenas (26 hectares por módulo, conforme estabelecido no decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980) obedecendo a classificação descrita na Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que estipula os seguintes tamanhos de propriedades rurais por módulos fiscais: minifúndio (menos de 1 módulo – 26 ha), pequena (1 a 4 módulos – 26 a 104 ha), média (4 a 15 módulos – 104 a 390 ha) e grande (15 a mais módulos – 390 ha a mais).

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

O deslocamento populacional explica, também, as novas relações campo-cidade que surgem com a modernização do campo, pois além de mercadorias, capital e informação, a tecnificação agrícola tem o poder de deslocar pessoas, que neste caso, estão marginalizadas ao processo. Para Singer (1998) citado por Mondardo (2006, p. 77), “a migração do campo para a cidade ocorre devido a transformações nos meios técnicos de produção na agricultura, de um lado, e, de outro, devido à atração que a economia de determinadas cidades pode oferecer, quanto à ‘oferta’ de emprego.” Mas para Graziano da Silva (2002) citado por Mondardo (2006, p. 77), “a mecanização da agricultura diminui o tempo de trabalho a ser despendido na produção agrícola, o que torna ‘disponível’ parte da mão de obra, antes ocupada na agricultura, se ocupando em outras atividades produtivas (não agrícolas)”.

Assim, não só o campo “expulsa” pessoas com a modernização desigual e excludente, mas a cidade “atrai” pessoas com a dinamização socioeconômica (oferta de empregos) promovida, em parte, pelo agronegócio, embora muitas vezes de forma ilusória. Tais fatos explicam a redução drástica do percentual de população rural nos últimos 40 anos em Alfenas, cuja participação no total da população passou de 25,6% em 1970 (7.264) para 6,2% em 2010 (4.595), considerando um aumento de quase 3 vezes da população absoluta (de 28.331 para 73.722 habitantes) no mesmo período, conforme pode ser visto na tabela 05.

Tabela 05. População total, urbana e rural do município de Alfenas, 1970/2010

Ano	População total	População urbana		População rural	
		Absoluta	% do total	Absoluta	% do total
1970	28.331	21.067	74,36	7.264	25,64
1980	38.271	32.027	83,68	6.244	16,32
1991	52.700	47.325	89,8	5.375	10,2
2000	66.957	62.148	92,82	4.809	7,18
2010	73.774	69.176	93,77	4.598	6,23

Fonte: IBGE, 2013.

Mas ao encontrar custos de vida mais elevados na cidade, grande parte desta população migrante, a maioria pouco escolarizada e qualificada profissionalmente, acaba não possuindo oportunidades necessárias para melhorar as condições de vida familiar, seja por que a fonte de renda (salários) é baixa, seja por falta de emprego e acesso a infraestruturas sociais fundamentais, como moradia adequada, proximidade de escolas, hospitais, segurança, saneamento básico, etc. Afinal, não são todos que conseguem ser beneficiados pela dinamização econômica provocada pelo agronegócio globalizado e pelos efeitos positivos das novas relações campo-cidade, já que o número de empregos é limitado e geralmente as empresas pagam baixos salários aos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A especialização produtiva regional no período atual da globalização tem constituído a região do Sul de Minas como um dos espaços mais competitivos do país na produção de café. Nesta dinâmica territorial de modernização agrícola, se constitui também áreas funcionais à produção e logística cafeeira, como o município de Alfenas/MG, palco de vários impactos causados pelo agronegócio e pelas novas relações campo-cidade. Tal realidade tem proporcionado não só a refuncionalização urbana para atender as demandas do campo, mas também a intensificação das desigualdades socioespaciais inerentes a marginalização de grupos sociais no campo com a modernização seletiva das atividades agrícolas.

A modernização do campo tem sido facilitada desde 1970 a partir das ações do Estado para financiar agricultores para que estes pudessem adquirir as várias inovações tecnológicas por meio dos programas de créditos, e também pelo esforço das grandes empresas agroindustriais em subordinar as áreas produtivas rurais aos seus ditames. A agricultura se transforma então em mais uma forma de produção industrial e grande consumidora de produtos que também são de origem industrial. O país assiste a uma gradativa dependência do campo aos outros setores econômicos, como o industrial, o comercial, o financeiro, o científico, etc., promovendo maior interdependência entre campo e a cidade. A intensificação das novas relações, vínculos usos do campo e da cidade são responsáveis pelo aumento dos fluxos locais, como o de mercadorias para exportação, capital nacional e internacional aplicado, de informações (científicas, tecnológicas, políticas e econômicas) e de pessoas.

Nesse processo, em que se arrolam interesses de latifundiários, de empresas processadoras de café, grandes empresas produtoras e fornecedoras de insumos e maquinários agrícolas, de exportadoras e dos bancos, a agricultura segue sobre as regras do livre mercado, nos quais nem todos são beneficiados. Os problemas sociais revelam as muitas contradições da modernização do campo, que ocorre de forma excludente. O mercado globalizado de acumulação capitalista inclui pessoas, empresas e lugares ao meio técnico-científico-informacional, mas ao mesmo tempo tende a excluir outros agentes e lugares, em função da dinâmica da mais-valia e do acesso desigual ao capital.

REFERÊNCIAS

BCB - Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2005 e 2011:** Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.

BRASIL. Decreto nº 84.685, de 6 de Maio de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, página 8050 (Publicação Original), 7 de maio de 1980.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 2349 (Publicação Original), 26 de fevereiro de 1993.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE, vol. 9, núm. 18, Jan./abr., 2010, p. 17 a 26.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007b, p. 49-66.

_____; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio de 2007.

FARIA SANTOS, H. **A outra face do agronegócio globalizado e as desigualdades socioespaciais:** estudo de caso com a cafeicultura moderna no município de Alfenas – MG.

2011. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Licenciatura) – Instituto Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas/MG, 2011.

FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado**: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. 273f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2009.

_____.; CASTILLO, R. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, v. X, n. 3, p. 236-241, set. / dez 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, p.137-143.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007a, p. 179-198.

_____. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007b, p. 271-287.

MARTINE, G.; GARCIA, R. (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

MONDARDO, M. L. A relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. **Revista Agrária**. São Paulo, n. 5, p. 65-86, 2006.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy S. **Geografia do Brasil**. 6. Ed., 1. Reimpr. São Paulo: Ed. Edusp, 2011, p. 465-534.

PIZZOLATTI, I. J. **Visão e conceito de agribusiness**. Monografia. 16f. 2004. Universidade do Oeste Catarinense. Tangará – SC. 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLLO, Marco. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período Técnico-científico-informacional**: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no sul de minas. 129f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2009.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas ruralidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-106, Fev. 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2005.

_____.; SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro & São Paulo: Ed. Record, 2008.

SINGER, P. **Economia política e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVEIRA, R, L.L. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L.; SILVEIRA, R. L.L. **Redes, Sociedades e Territórios**. 2º ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 215-253.

TEIXEIRA, Jodenir C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da AGB**, v. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, setembro 2005.